

Colega Procurador(a),

Estão abertas as inscrições para revisão de tese durante o XXXVI Congresso Nacional de Procuradores de Estado e do Distrito Federal:
www.congressoanapealagoas.com.br [Comissões Temárias]

Eis um resultado parcial da avaliação prévia das teses inscritas. Até a presente data, foram selecionadas:

NO	TÍTULO	AUTORIA	ORIGEM	CT
05	MODULAÇÃO DE EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA: MITOS, CONSEQUÊNCIAS E ARRANJOS INSTITUCIONAIS IDEAIS	JORGE OCTÁVIO LAVOCAT GALVÃO	DISTRITO FEDERAL	I - DIREITO CONSTITUCIONAL
16	A RACIONALIDADE BUROCRÁTICA MODERNA E AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS NA REPÚBLICA. COMO STANLEY MILGRAM PODE NOS AUXILIAR NA INTERPRETAÇÃO DA CLÁUSULA REPUBLICANA E NO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA A FIM DE CONTORNARMOS A INCONVENIENTE VERDADE DE QUE NA NORMALIDADE DO COTIDIANO PODEMOS PERPETRAR A BARBÁRIE	SHANDOR TOROK MOREIRA	ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	I - DIREITO CONSTITUCIONAL
21	A RESERVA LEGAL E AS RESOLUÇÕES DO CNJ - ESTUDO DE CASO: INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º DO ART. 22 DA RESOLUÇÃO Nº 115/2010 DO CNJ	GRACO IVO ALVES ROCHA COELHO; ANETE MARQUES PENNA DE CARVALHO	ESTADO DO PARÁ	I - DIREITO CONSTITUCIONAL
22	CONSTITUCIONALIDADE DA COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA COM PRECATÓRIO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 62/2009	JOÃO PAULO MELO DO NASCIMENTO	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	I - DIREITO CONSTITUCIONAL
32	TABAGISMO E DIREITO À SAÚDE: DA POSSIBILIDADE DE LEGISLAÇÃO SOBRE TEMA PELOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	NILTON CARLOS DE ALMEIDA COUTINHO	ESTADO DE SÃO PAULO	I - DIREITO CONSTITUCIONAL
59	A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO BRASILEIRO, O EXCESSO DE EMENDAS E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS	GUSTAVO CALMON HOLLIDAY	ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	I - DIREITO CONSTITUCIONAL
64	A ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS À LUZ DO REGIME ESPECIAL INSTITUÍDO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 62/2009: VINCULAÇÃO DOS TRIBUNAIS E DISCRICIONARIEDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	MARCELO AMARAL CHEQUER	ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	I - DIREITO CONSTITUCIONAL
41	OS NOVOS PARADIGMAS DO CONSTITUCIONALISMO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: APONTAMENTOS SOBRE OS LIMITES E POSSIBILIDADES DA APLICAÇÃO DA TEORIA DO FATO CONSUMADO AO PODER-DEVER DE AUTOTUTELA ADMINISTRATIVA	JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	II - DIREITO ADMINISTRATIVO
56	INVASÃO DAS ATRIBUIÇÕES EXCLUSIVAS DA PGE: POSSÍVEIS ENQUADRAMENTOS E CONSEQUÊNCIAS LEGAIS	CARLOS AUGUSTO FERREIRA SANTOS AHRINGSMANN	ESTADO DA BAHIA	II - DIREITO ADMINISTRATIVO
61	VALE A PENA INOVAR. COMO A INICIATIVA DE O ESTADO DA BAHIA DE LEGISLAR NO SEU ÂMBITO DE COMPETÊNCIA PÔDE E PODE CONTRIBUIR PARA O APRIMORAMENTO DA LEGISLAÇÃO NACIONAL SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	ALZEMERI MARTINS RIBEIRO DE BRITTO; EDITE MESQUITA HUPSEL	ESTADO DA BAHIA	II - DIREITO ADMINISTRATIVO
67	EGRESSOS, LICITAÇÃO E FUNÇÃO PROMOCIONAL DO DIREITO: COMO PODE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FOMENTAR A REINserÇÃO SOCIAL?	THIAGO CARDOSO ARAÚJO	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	II - DIREITO ADMINISTRATIVO
07	A REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO POR ENTE PÚBLICO	PAULA SCHMITZ DE SCHMITZ	ESTADO DO PARANÁ	III - DIREITO PROCESSUAL CIVIL
09	A APELAÇÃO, A RESPOSTA E O JULGAMENTO DA APELAÇÃO NO CASO DO ART. 285-A	PEDRO SOBRINO PORTO VIRGOLINO	ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	III - DIREITO PROCESSUAL CIVIL
27	ENSAIO SOBRE O DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO OBRIGATÓRIO - O NECESSÁRIO (E ADEQUADO) REEXAME	MIRNA CIANCI	ESTADO DE SÃO PAULO	III - DIREITO PROCESSUAL CIVIL
40	CONSIDERAÇÕES SOBRE O CRÉDITO DECORRENTE DA VERBA SUCUMBENCIAL OBJETO DE REQUISIÇÃO JUDICIAL	LUCIA CERQUEIRA ALVES BARBOSA	ESTADO DE SÃO PAULO	III - DIREITO PROCESSUAL CIVIL

65	O JUÍZO DE RETRATAÇÃO NOS RECURSOS REPETITIVOS	CINTHYA VIANA FINGERGUT	ESTADO DA BAHIA	III - DIREITO PROCESSUAL CIVIL
46	REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS E PROGRAMAS DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS	AUGUSTO CARLOS CAVALCANTE MELO	ESTADO DE SERGIPE	V - DIREITO FINANCEIRO
01	SÚMULA VINCULANTE Nº 30	JOSÉ EDUARDO CERQUEIRA GOMES	ESTADO DO PARÁ	V - DIREITO TRIBUTÁRIO
03	ADVOCACIA PÚBLICA E GESTÃO TRIBUTÁRIA	ROBSON NASCIMENTO FILHO	ESTADO DE SERGIPE	V - DIREITO TRIBUTÁRIO
04	JUÍZES GESTORES DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO? O ATIVISMO JUDICIAL DITANDO OS RUMOS DAS EXECUÇÕES FISCAIS	GUILHERME VALLE BRUM	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	V - DIREITO TRIBUTÁRIO
24	A ADVOCACIA PÚBLICA E O USO DA PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS EM JUÍZO	GUSTAVO AMARAL	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	V - DIREITO TRIBUTÁRIO
10	APLICAÇÃO DIRETA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE PELO PODER JUDICIÁRIO: O CASO ITAPOÃ/DISTRITO FEDERAL	RICARDO VIEIRA DE CARVALHO FERNANDES	DISTRITO FEDERAL	VII - DIREITO AMBIENTAL
34	O CONTROLE JUDICIAL DA DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	MÁRCIA MARIA MACEDO FRANCO	ESTADO DO PIAUÍ	VII - DIREITO AMBIENTAL
37	A COMPETÊNCIA DOS ENTES ESTADUAIS INTEGRANTES DO SISNAMA PARA LICENCIAR EMPREENDIMENTOS RELACIONADOS À GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM ÁREAS METROPOLITANAS	ANDRÉ OLIVEIRA SOUZA	ESTADO DE PERNAMBUCO	VII - DIREITO AMBIENTAL
39	CORREDORES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, CORREDORES ECOLÓGICOS E ZONAS DE AMORTECIMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	MÁRCIA DIEGUEZ LEUZINGER	ESTADO DO PARANÁ	VII - DIREITO AMBIENTAL
57	SISTEMA DE INCENTIVO A SERVIÇOS AMBIENTAIS - SISA E REDD+ NO ESTADO DO ACRE: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA	RODRIGO FERNANDES DAS NEVES	ESTADO DO ACRE	VII - DIREITO AMBIENTAL